
RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2013

Em cumprimento do estipulado na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dando execução às disposições estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o órgão executivo procedeu à elaboração do relatório de gestão relativo ao ano financeiro de 2013, que a seguir se explicita, para efeitos do que dispõe a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

1. INTRODUÇÃO

A prestação de contas do município, elaborada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), engloba os seguintes documentos de remessa obrigatória para o Tribunal de Contas:

- a) Balanço
- b) Demonstração de resultados
- c) Mapas de execução orçamental
- d) Anexos às demonstrações financeiras
- e) Relatório de gestão

Estes documentos mantêm a estrutura configurada desde 2011, quando se procedeu à introdução de novos elementos nos “Anexos às demonstrações financeiras” e nos “Outros Anexos”.

Assim, o primeiro passou a comportar os ‘Mapas Síntese dos Bens Inventariados’ e o segundo a integrar a ‘Norma de Controlo Interno’ e as ‘Declarações da Lei dos Compromissos’.

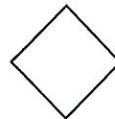


A estas alterações, acresce, no corrente ano, o 'Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal' integrado nos "Outros Anexos".

O presente relatório de gestão contempla, em cumprimento do disposto no POCAL, os seguintes aspectos:

- Situação económica e financeira
- Execução orçamental
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos
- Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício
- Factos relevantes após o termo do exercício

Assim e mantendo os critérios que têm presidido à elaboração dos anteriores relatórios, passemos à abordagem dos documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2013.



2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para cotejo da posição económica e financeira da autarquia, vejamos, em síntese, a situação relativa ao balanço e à demonstração de resultados.

2.1. BALANÇO

O balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial do município, através da demonstração dos respectivos activo, passivo e fundos próprios.

O balanço, como se verifica pelo respectivo mapa, totalizava no final do ano financeiro de 2013 um activo líquido no montante de € 37.696.490,31 e um passivo no montante de € 6.906.577,44, apresentando, assim, um resultado líquido de € 30.789.912,87.

Observa-se, assim, uma diminuição do activo líquido e do resultado líquido e, inversamente, um acréscimo do passivo, como retrata o quadro seguinte:

ANO	ACTIVO LÍQUIDO	PASSIVO	RESULTADO LIQUÍDO
2011	37.436.489,35	6.581.161,79	30.855.327,56
2012	38.125.774,39	6.470.721,81	31.655.052,58
2013	37.696.490,31	6.906.577,44	30.789.912,87

Estes resultados decorrem, no primeiro caso, da reformulação do modo de contabilização das verbas provenientes dos fundos comunitários e, no segundo caso, como adiante se explicitará, de factores particulares e transitórios, um dos quais igualmente com forte repercussão na 'Demonstração de Resultados'.

Assim, o decréscimo verificado no activo líquido releva, sobretudo, da diminuição do valor do imobilizado de "Edifícios e outras construções" (resultado do abatimento de parte do imobilizado corpóreo, nomeadamente, a antiga escola do 1.º ciclo do ensino básico de S. João da Pesqueira, que foi integrada no Centro Escolar, e terrenos e construções que passaram do domínio privado para o domínio público municipal).

Por sua vez, o acréscimo do passivo resulta, como atrás referimos, da conjugação de dois factores meramente circunstanciais:

- O aumento das dívidas a terceiros – passou de € 444.240,43 em 2012 para € 535.397,69 em 2013, em resultado do não pagamento dos dois últimos autos de 2013 (€ 268.200,78) da obra de construção do Núcleo Museológico do Vinho, cuja liquidação, sendo efectuada em função do recebimento da respectiva participação comunitária, só se concretizou em 2014.
- A alteração, por força das recomendações efectuadas pela Inspecção-Geral de Finanças, das regras de contabilização dos fundos comunitários, os quais passam a integrar a conta 274 "Proveitos deferidos" (€ 821.906,33) – conta de 'Terceiros' (Passivo) – até à conclusão das respectivas empreitadas,

transitando, então, nessa altura, para a conta 74 “Transferências e subsídios obtidos” – conta de ‘Proveitos e ganhos’ (Activo).

Saliente-se, finalmente, como relevante factor da equilibrada gestão financeira da autarquia, a significativa diminuição dos encargos com os “Empréstimos de médio e longo prazos”.

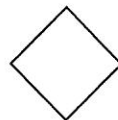
2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é o mapa contabilístico que apresenta os custos e os proveitos decorrentes das operações económicas efectuadas ao longo do ano pela autarquia.

Da análise do respectivo mapa, constata-se que o total de “Custos e perdas” atingiu € 9.557.214,17 e que os “Proveitos e ganhos” totalizaram € 8.754.050,59, do que resulta um resultado líquido negativo do exercício de € 803.163,58.

Esta variação de um resultado líquido positivo em 2012 para um resultado líquido negativo em 2013 radica nos dois factores seguintes:

- A alteração das regras de contabilização dos fundos comunitários, durante o período de execução das obras que financiaram, que deixaram de integrar a conta 74 “Transferências e subsídios obtidos”, como já foi referido na análise do ‘Balanco.
- A diminuição de receitas provindas do FEDER-Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que passaram de um total de € 1.579.121,82 em 2012 para € 982.194,79 em 2013, com claras repercussões também nas Receitas de Capital, como mais adiante se verá com maior pormenor.





3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Para análise da execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia ao longo do ano financeiro de 2013 atentemos nos seguintes elementos:

3.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A taxa anual de execução financeira das Grandes Opções do Plano (compostas pelo conjunto das acções que integram o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades) atingiu 63,57%, ligeiramente inferior à do ano anterior (68,35%).

Da análise dos mapas de “Execução do Plano Plurianual de Investimentos” e de “Execução do Plano de Actividades Municipal”, que atestam o desenvolvimento das acções propostas nas Grandes Opções do Plano, ressaltam os seguintes aspectos mais significativos:

3.1.1. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A taxa anual de execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos, constituído exclusivamente por rubricas de despesas de capital, cifrou-se em 48,18%, não acompanhando, assim, o crescimento verificado em 2012 (61,96%) e aproximando-se da taxa de execução de 2011.

Para esta quebra foram decisivos a não abertura da candidatura para a “Pavimentação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais” orçamentada em € 1.200.000 e o atraso na aprovação do financiamento da empreitada de construção do Núcleo Museológico do Vinho, com a consequente baixa taxa de execução que rondou os 50% do montante de € 1.650.000 inicialmente previsto no Plano Plurianual de Investimentos.

3.1.2. PLANO DE ACTIVIDADES

A taxa de execução financeira anual do Plano de Actividades, por sua vez, fixou-se em 79,40%, valor deveras apreciável tendo em conta os actuais constrangimentos, melhorando em relação a 2012 (75,09%) e, deste modo, ficando bem próxima dos valores de referência de anos anteriores.



3.2. ORÇAMENTO

Do mapa “Resumo dos Fluxos de Caixa” constata-se que a gerência se iniciou com um saldo no valor de € 53.727,93, que adicionado às receitas arrecadadas – € 7.287.375,32 de receitas correntes e € 2.107.940,01 de receitas de capital –, proporcionou um financiamento global de € 9.449.043,26.

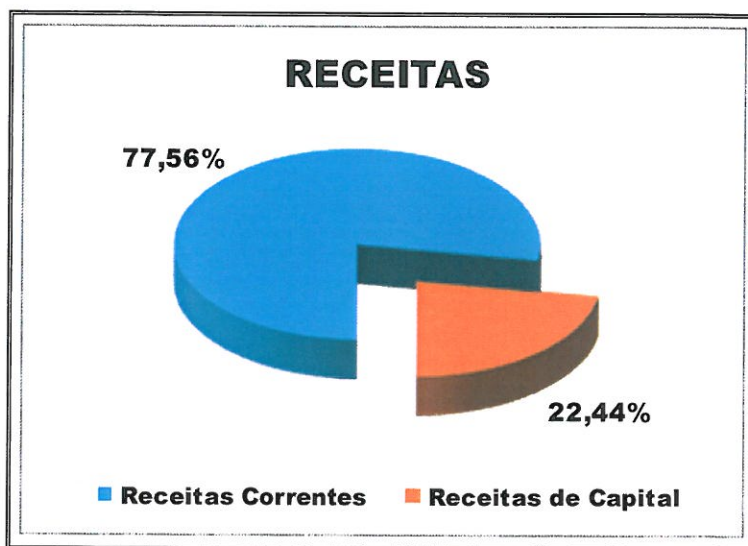
A despesa atingiu, por sua vez, o valor total de € 9.371.097,64, correspondente a € 6.127.477,95 de despesas correntes e a € 3.243.619,69 de despesas de capital.

Transita para a gerência seguinte um saldo da conta de execução orçamental de € 77.945,62.

Continuando nesta análise, constata-se ainda o seguinte:

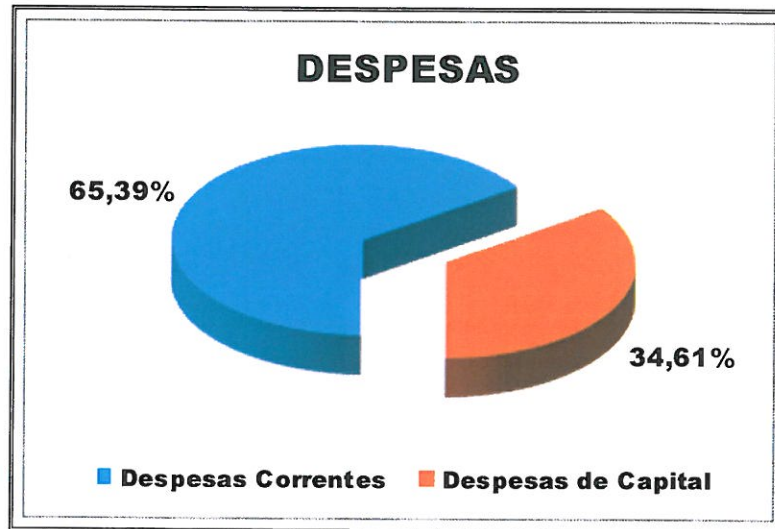
- As receitas correntes constituíram 77,56% do total das receitas arrecadadas, enquanto as receitas de capital tiveram uma participação de 22,44%.

Para este diferencial entre a percentagem de cada um dos tipos de receitas contribuiu decisivamente a alteração da estrutura de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), passando de um rácio, em 2012, de 60% de receitas correntes e 40% de receitas de capital para um rácio, em 2013, de 80% de receitas correntes e 20% de receitas de capital.





- As despesas correntes representaram 65,39% da despesa total, enquanto as despesas de capital absorveram 34,61%.



Registe-se, à semelhança do que já se verificara em 2012, o cumprimento do princípio do “equilíbrio financeiro” (*as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes*), com as receitas correntes a superar as despesas correntes em € 1.159.897,37, valor que foi utilizado no financiamento de despesas de capital.

3.3. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Relativamente às “Operações de Tesouraria” – sendo assim designadas as dotações não orçamentais, ou seja, aquelas que tendo entrado em cofre não são receita municipal, estando apenas à guarda do município para entrega a outra entidade, como, por exemplo, os descontos efectuados nos vencimentos dos funcionários –, a gerência iniciou-se com um saldo de € 37.793,31, tendo sido arrecadada a importância de € 584.047,45 e saído fundos no valor de € 573.695,86, de que resulta um saldo para a gerência seguinte de € 48.144,90.

3.4. DESVIOS ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS PREVISTAS E AS REALIZADAS

RECEITAS CORRENTES: O valor da execução situou-se nos 104,00% face ao inicialmente previsto, correspondente a um aumento de € 280.305,32, para o qual concorreram decisivamente as rubricas “01-Impostos directos”, com uma taxa de execução



de 108,08%, correspondente a um aumento de € 58.199,69, “04-Taxas, multas e outras penalidades”, com uma taxa de execução de 392,18%, correspondente a um aumento de € 146.818,12, “05-Rendimentos da propriedade”, com uma taxa de execução de 143,93%, correspondente a um aumento de € 142.908,89, e “06-Transferências correntes”, com uma taxa de execução de 101,59%, correspondente a um aumento de € 80.240,99,

No que concerne à rubrica “01-Impostos directos”, o acréscimo verificado provém do aumento da arrecadação do Imposto Único de Circulação (+ € 38.442,10) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, o IMT, (+ € 64.936,74).

No que respeita à rubrica “04-Taxas, multas e outras penalidades”, o aumento advém da cobrança efectuada nos subartigos “Loteamentos e obras” (+ € 49.922,82) e “Saneamento” (+ € 98.344,71), resultante da criação e conseqüente liquidação da respectiva taxa.

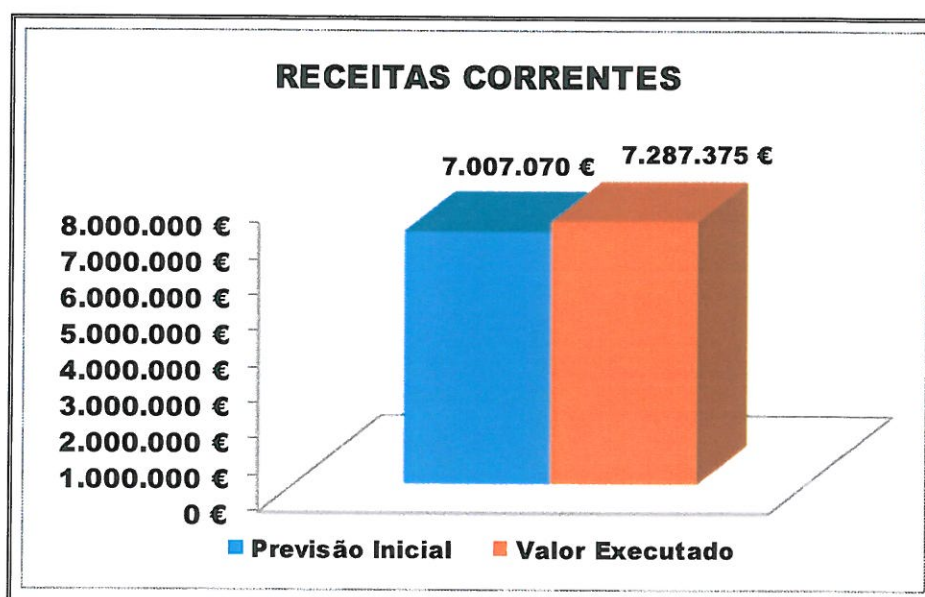
Relativamente à rubrica “05-Rendimentos da propriedade”, o aumento encontra justificação na cobrança de € 39.649,05 de dividendos da “Resinorte-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” e no valor cobrado das Rendas de Concessão, cuja subida radica na receita adicional (€ 134.489,66) proveniente das “medidas complementares ao pagamento dos montantes das rendas anuais” acordado entre a ANMP e a EDP.

Finalmente, na rubrica “06-Transferências correntes” o aumento decorre das transferências (€ 101.898,96) provenientes do IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional, nomeadamente, as respeitantes à comparticipação daquela entidade nos Contratos Emprego Inserção + e nas Medidas Estágios-Emprego e Passaporte-Emprego.

Vejamos, com mais pormenor, os desvios mais significativos dentro de cada rubrica:



RECEITAS CORRENTES			
Classificação económica		Valor previsto	Valor executado
01-Impostos directos			
01.02.03	Imposto único de circulação	90.000,00	128.442,10
01.02.04	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	130.000,00	194.936,74
04-Taxas, multas e outras penalidades			
04.01.23.02	Loteamentos e obras	15.000,00	64.922,82
04.01.23.06	Saneamento	5,00	98.349,71
05-Rendimentos da propriedade			
05.07.02	Empresas públicas municipais e intermunicipais	5,00	39.649,05
05.10.05.01	Rendas de concessão	325.000,00	428.454,46
06-Transferências correntes			
06.03.07.01	IEFP	22.505,00	101.898,96



DESPESAS CORRENTES: Verificou-se que a taxa de execução foi 102,74%, correspondendo a um acréscimo de € 163.537,95, para o qual contribuíram decisivamente as rubricas “04-Transferências correntes”, com um aumento de € 68.968,33, correspondente a 23,83%, e “06-Outras despesas correntes”, com um aumento de € 94.174,86, correspondente a 128,13%.

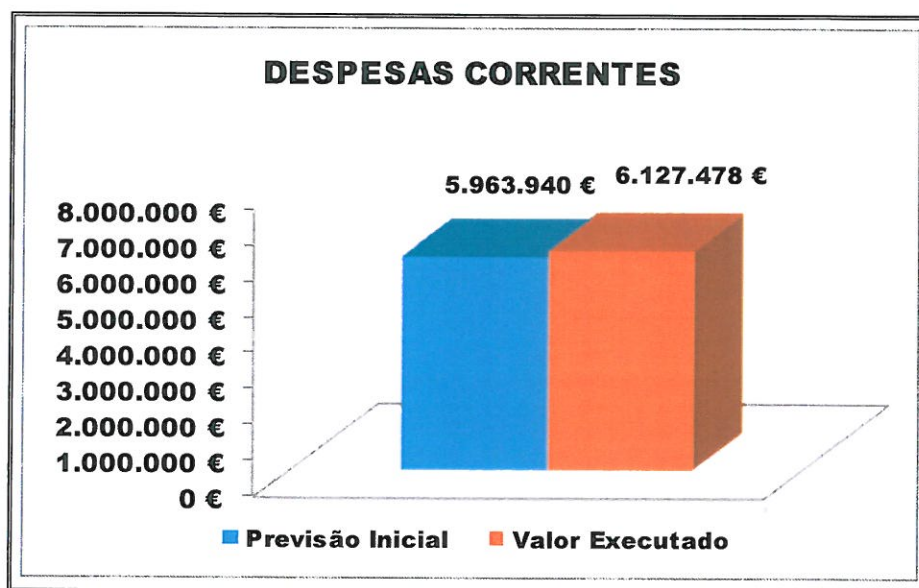
O aumento verificado na rubrica “04-Transferências correntes” decorre, sobretudo, do reforço do financiamento das associações culturais (+ € 14.875,00) e do aumento das despesas (comparticipadas pelo IEFP) com o conjunto de iniciativas de apoio do município ao emprego jovem, nomeadamente, Contrato Emprego Inserção + e Medidas Estágios-Emprego e Passaporte-Emprego (+ € 55.099,45).

O acréscimo na rubrica “06-Outras despesas correntes” provém maioritariamente do pagamento de impostos e taxas referente ao acerto de liquidação do IVA (€ 94.561,74) e da recompra (com a restituição de 75% do valor da venda) de um lote de terreno no Pombal (€ 16.095,00).

Refira-se, por outro lado, o decréscimo de 37,90%, correspondente a € 37.766,26, verificado na rubrica “03-Juros e outros encargos”.

Atentemos nos desvios mais significativos dentro de cada rubrica:

DESPESAS CORRENTES			
Classificação económica		Valor previsto	Valor executado
03-Juros e outros encargos			
03.01.03.02	Empréstimos de médio e longo prazos	92.000,00	54.551,85
04-Transferências correntes			
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	205.000,00	219.200,19
04.08.02	Famílias-Outras	69.500,00	119.387,70
06-Outras despesas correntes			
06.02.01	Impostos e taxas	70.000,00	137.802,27
06.02.03.01	Outras restituições	500,00	21.192,85



RECEITAS DE CAPITAL: Neste tipo de receita verificou-se uma taxa de execução de 35,66%, correspondente a uma quebra de € 3.802.729,99, para a qual contribuiu decisivamente, por força do montante que lhe estava afecto, a rubrica “10-Transferências de capital” com uma diminuição de € 3.143.134,99, correspondente a uma taxa de execução de 40,08%.

Embora em menor escala, também a rubrica “09-Venda de bens de investimento”, com uma taxa de execução de 0,83%, a que correspondeu uma diminuição de € 659.570,00, contribuiu para a diminuição da taxa de execução de Receitas de Capital.

Para as quebras atrás referenciadas temos como razões mais directas:

- No que respeita à rubrica “10-Transferências de capital”, e como já foi referido a propósito da taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, a não abertura da candidatura para a “Pavimentação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais” orçada em € 1.200.000 e o atraso na aprovação do financiamento da empreitada de construção do Núcleo Museológico do Vinho, com a consequente baixa taxa de execução que rondou os 50% do montante de € 1.650.000 inicialmente previsto, além

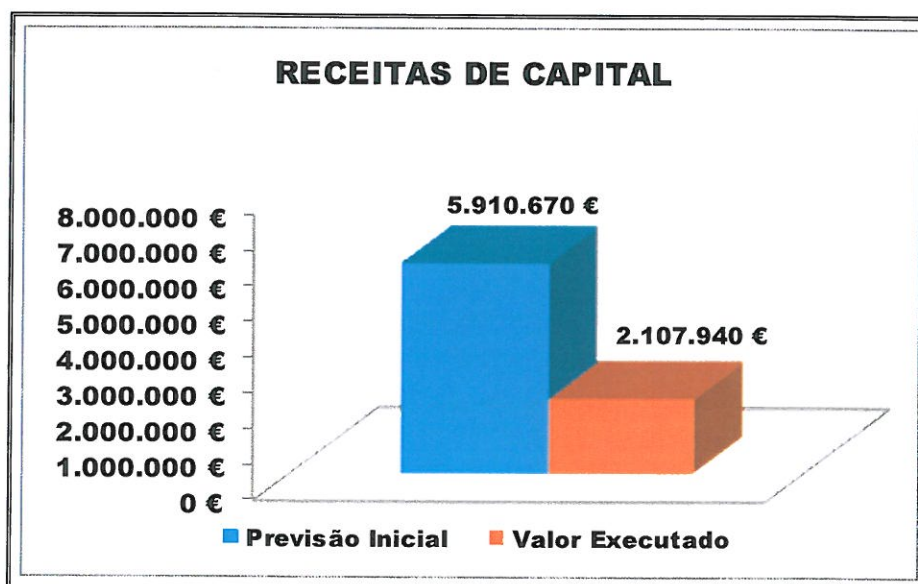


de não se ter verificado a transferência integral das verbas provenientes do QREN.

- No que concerne à rubrica “09-Venda de bens de investimento”, a não concretização da venda de lotes de terreno e de habitações.

Vejamos, esquematicamente, os desvios mais significativos dentro de cada rubrica:

RECEITAS DE CAPITAL			
Classificação Económica		Valor previsto	Valor executado
09-Venda de bens de investimento			
09.01	Terrenos	315.020,00	5.500,00
09.02	Habitações	350.000,00	0,00
10-Transferências de capital			
10.03.07.01	FEDER	4.130.000,00	982.194,79



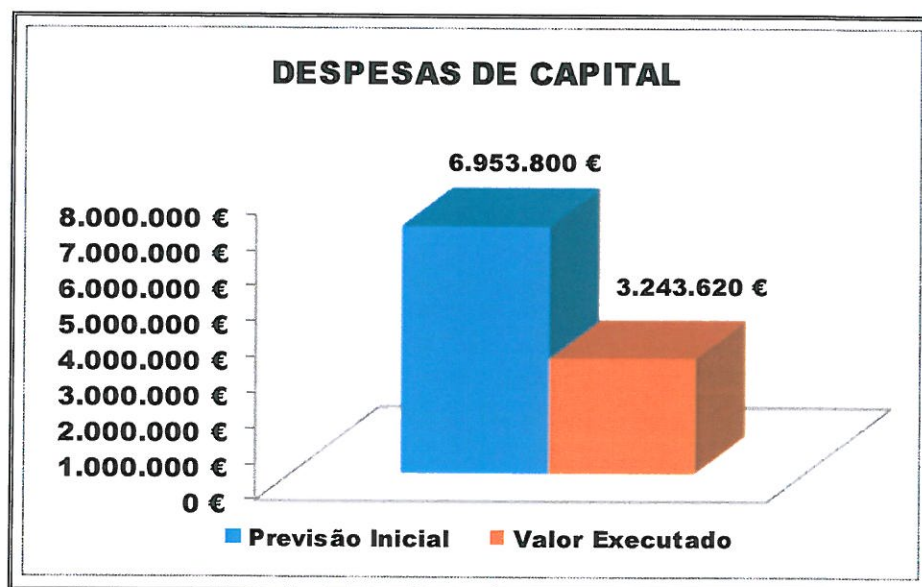
DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital tiveram uma taxa de execução de 46,65% relativamente ao valor previsto, correspondente a um abatimento de € 3.710.180,31, para a qual contribuiu decisivamente a rubrica “07-Aquisição de bens de capital”, com uma taxa de execução de 36,67%, correspondente a um decréscimo de €



3.405.251,26, consequência directa do decréscimo das receitas de capital e tendo como fundamentos o facto de não se ter verificado a transferência integral das verbas provenientes do QREN e, sobretudo, a impossibilidade de candidatar ao QREN a empreitada de “Pavimentação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais” orçada em € 1.200.000, bem como o atraso na aprovação do financiamento da empreitada de construção do Núcleo Museológico do Vinho.

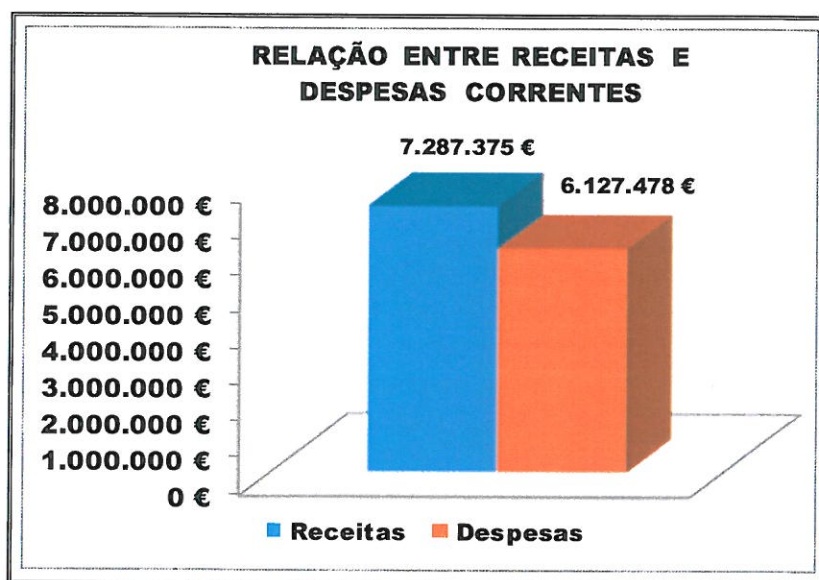
Vejamos, dentro daquela rubrica, a principal origem do seu desvio:

DESPESAS DE CAPITAL			
Classificação Económica		Valor previsto	Valor executado
07-Aquisição de bens de capital			
07.01	Investimentos	5.377.000,00	1.971.748,74

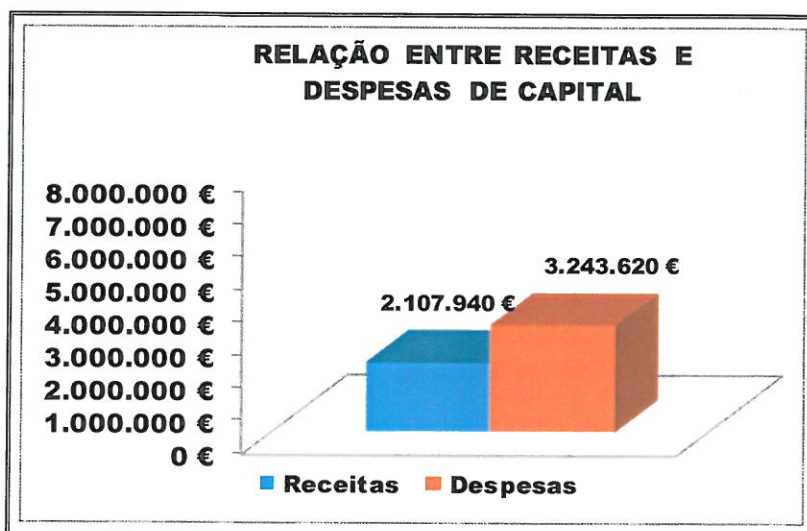


3.5. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES E RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

As receitas correntes, no montante de € 7.287.375,32, correspondem a 77,56% do total das receitas arrecadadas, enquanto as despesas correntes, no valor de € 6.127.477,95, correspondem a 65,39% das despesas realizadas.



Por seu lado, as receitas de capital, no valor de € 2.107.940,01, representam 22,44% do total das receitas arrecadadas, enquanto as despesas de capital, no valor de € 3.243.619,69, constituem 34,61% de toda a despesa realizada.



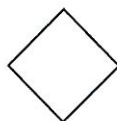
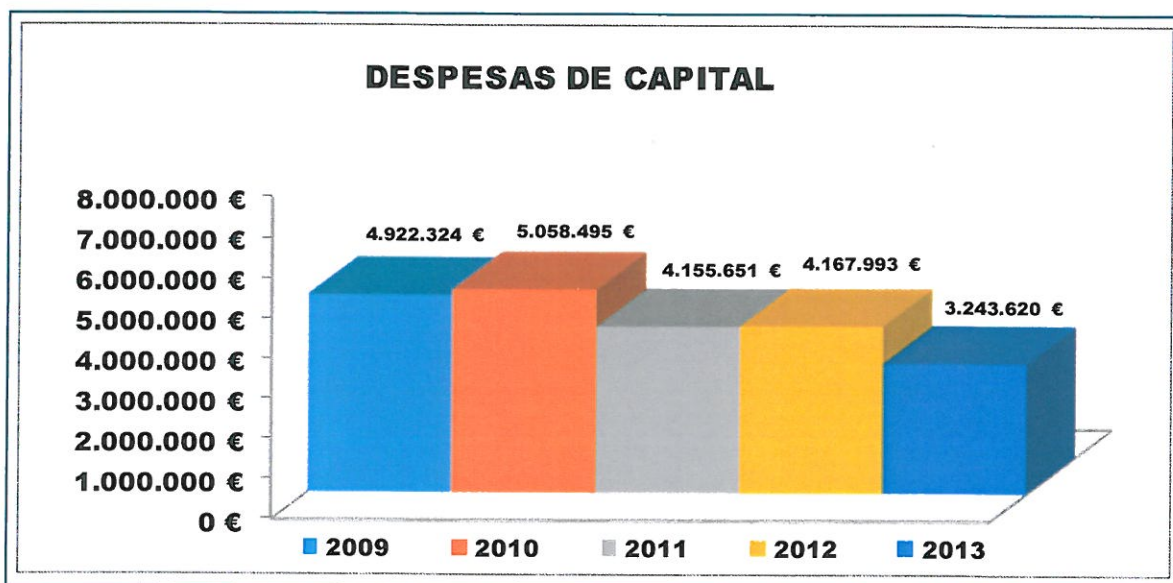
Destes dados podemos ainda inferir o seguinte comparativamente ao ano anterior:

As receitas e as despesas correntes subiram relativamente a 2012. Inversamente, as receitas e as despesas de capital diminuíram.

Assim, as receitas correntes tiveram um acréscimo de € 1.526.182,79, correspondendo a um aumento de 26,49%, enquanto as despesas correntes cresceram € 669.298,40, correspondendo a uma subida de 12,26%.

Por outro lado, as receitas de capital baixaram em € 1.723.526,56, correspondendo a uma diminuição de 44,98%, cifrando-se o decréscimo das despesas de capital em € 924.373,43, correspondente a uma diminuição de 22,18%.

No gráfico que se segue, esquematiza-se a evolução das despesas de capital nos últimos cinco anos:





4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

No final do exercício, o valor da dívida de terceiros cifrava-se em € 121.764,44, proveniente, tal como nos anos anteriores, do fornecimento de água e do acerto de IVA.

Verifica-se relativamente ao ano transacto um aumento de € 39.923,77, correspondente a 48,78%, no valor global das dívidas.

Para aquele aumento contribuiu o agravamento das dívidas referentes ao fornecimento de água, a que não será alheia a situação de grande dificuldade por que passam muitas famílias, pese embora o esforço que reiteradamente vem sendo prosseguido na sua regularização.

O quadro seguinte demonstra a evolução verificada nos últimos três anos:

DÍVIDAS DE TERCEIROS	
ANO	VALOR
2011	79.496,39
2012	81.840,67
2013	121.764,44

4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

No final do ano financeiro em análise o valor global da dívida cifrava-se em € 6.036.526,21, registando, assim, relativamente a 2012, uma diminuição a rondar os € 400.000,00.

De realçar o contributo dos empréstimos de médio e longo prazo para este resultado, com um abatimento de € 477.207,96.

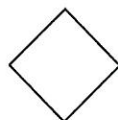


Saliente-se, contudo, dois aspectos que condicionaram um melhor desempenho na liquidação dos compromissos assumidos e que estão patentes no mapa de “Outras dívidas a terceiros” e na declaração de pagamentos e recebimentos em atraso da “Lei dos Compromissos”:

- O diferendo que se mantém com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro resultante do diferencial entre os valores cobrados por aquela empresa, quer na água quer no saneamento, e os valores do Fundo de Equilíbrio Tarifário (FETA) acordados no início de 2011 com a então Ministra do Ambiente e pagos pela autarquia.
- O retardamento na liquidação dos dois últimos autos de 2013 à adjudicatária (Norasil-Sociedade de Construções, S.A.) da empreitada de construção do Núcleo Museológico do Vinho, cujo pagamento é efectuado em função da recepção da correspondente comparticipação comunitária.

No mapa que segue, discrimina-se a origem da dívida e a evolução verificada nos últimos três anos:

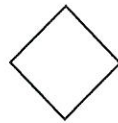
DÍVIDAS A TERCEIROS			
TIPO DE DÍVIDA	2011	2012	2013
Empréstimos de médio e longo prazos	6.486.376,48	6.026.481,38	5.549.273,42
Dívidas a empreiteiros	52.663,48	5.909,50	268.200,78
Dívidas a fornecedores	0,00	400.537,62	219.052,01
TOTAL	6.539.039,96	6.432.928,50	6.036.526,21



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Como se constata na análise do mapa de “Demonstração de Resultados”, verificou-se um resultado líquido negativo do exercício de € 803.163,58.

Deste modo, encontra-se prejudicado o estabelecido no ponto 2.7.3.1 do POCAL, o qual determina que *“a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo”*, não havendo lugar à aplicação do resultado líquido do exercício.



6. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício não se verificaram quaisquer factos contabilísticos ou financeiros que mereçam relevância e que de alguma forma tenham marcado a vida económico-financeira da autarquia.

São estes os aspectos essenciais da gestão financeira de 2013 e que aqui deixamos à consideração de V. Exas.

Paços do Município de S. João da Pesqueira, 27 de Março de 2014.

A Câmara Municipal,

